



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de serviço de seguro veicular com seguro de passageiros incluso, a serem utilizados na frota da Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	MATERIAIS / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	Serviço de Seguro Veicular com Seguro de Passageiros Incluso. Cobertura responsabilidade civil: - Danos Corporais a terceiros: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ou superior; - Danos materiais a terceiros: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ou superior; - Danos morais a passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou superior; - APO Invalidez (valor mínimo): R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por passageiro ou superior; - APO Morte (valor mínimo): R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por passageiro ou superior; - DMH – (valor mínimo): R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro ou superior. Seguro Compreensivo - Valor do casco: 100% tabela fipe ou avaliação do mercado; - Valor da franquia: 10% tabela fipe ou avaliação do mercado; - Assistência 24h para raio de km ilimitado em caso de acidente ou pane elétrica e ou mecânica. - Cobertura para vidros.	por veículo	02 veículos

1.2. As especificações dos veículos e o quantitativo mensal e anual estão especificados no **ANEXO I**.

1.3. Os serviços deverão ser realizados no prazo mínimo de **12 (doze) (meses)**.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos serviços acima elencados atenderá às necessidades das viaturas abaixo relacionada, que atendem a frota de transporte da Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ.



Item	Serviço	Quant.	Carros	Marcas	Modelos	Placas	RENAVAM	Chassi	Ano
01	Serviço de seguro veicular com seguro de passageiros incluso	02	Voyage	Volkswagen	Voyage 1.6 TREND	KWH5A11	0325464243	9BWDB05U8BT	2010 - 2011
			Voyage	Volkswagen	Voyage 1.6L MBD	LTT7G32	1181425490	9BWDB45U3KT	2018 - 2019

- 2.2. A aquisição destes serviços faz-se necessários devido a inerente necessidade de viagens para fora do município e oferecer um transporte de qualidade e seguro para os servidores e passageiros que utilizarem os veículos.

3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 3.1 Os documentos pertinentes à aquisição do objeto de serviço do presente termo de referência serão entregues à Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da nota de empenho.
- 3.2 O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.
- 3.3 A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

4. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Os serviços serão executados:
- a. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
- 4.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



5.1 A Contratada obriga-se a:

- 5.1.1 Efetuar os serviços, no prazo estipulado pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços.
- 5.1.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo.
- 5.1.3 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos documentos de prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.5 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 5.1.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.1.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A Contratante obriga-se a:

- 6.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados e a documentação comprobatória.
- 6.1.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.1.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7. MEDIDAS ACAUTELADORAS

7.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 8.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 8.2 O representante da Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia será Douglas Aguiar do Amaral, Chefe da Divisão de Manutenção da Frota Escolar, matrícula 2982
- 8.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/21.
- 8.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou problemáticas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:
- 9.1.1 Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
 - 9.1.2 Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
 - 9.1.3 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
 - 9.1.4 Apresentar documentação falsa;
 - 9.1.5 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
 - 9.1.6 Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
 - 9.1.7 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 9.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 9.1.9 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
- 9.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 11.1, conforme detalhado nos itens 11.1.1 ao 11.1.9.
- 9.3 A pena de advertência poderá ser aplicada nos casos previstos no item 11.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.
- 9.4 Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:
- 9.4.1 Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;



- 9.4.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- 9.4.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;
- 9.5 As sanções previstas nos itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.
- 9.6 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 11.2 e 11.3.
- 9.7 O percentual de multa previsto no item 11.4 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.
- 9.8 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil S/A, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.
- 9.9 Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.
- 9.10 Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.
- 9.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 9.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

São José do Vale do Rio Preto, 25 de abril de 2024.

Cinara de Oliveira Silva
Diretora de Administração Geral – Matrícula 6188





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

0B96C8BBDD8C49DFB15D4F228CAC80CE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0B96C8BBDD8C49DFB15D4F228CAC80CE>